René Pélissier

Análise Social, vol. XL (174), 2005, 159-175

Longe das caravelas

Começaremos esta crónica, não por generalidades, mas por Angola, pois esta secção integra um livro que consideramos muito importante. Aliás, os leitores não se sentirão defraudados, pois trata-se da edição alargada e actualizada de uma obra surgida em 2001. Para um livro erudito sobre África e, por isso, austero, trata-se de um feito raro, mesmo para uma obra em língua inglesa. Por que é que *Angola: Anatomy of an Oil State*[1], de Tony Hodges, se vende «tão bem»? Por várias razões.

A primeira prende-se com o destino infeliz deste país. Na verdade, Angola é um dos raros países subsarianos que interessam a um público alargado não apenas na sua antiga metrópole, mas também fora dela. Tentem fazer de uma obra séria sobre a Nigéria na Alemanha ou sobre a Costa do Marfim em Espanha um *best-seller!* A explicação para este sucesso livreiro — não obstante, relativo — está, em parte, contida no título desta obra: petróleo. Por outro lado, uma guerra civil em África só se impõe entre o grande público se ela for suficientemente mortífera para ter a atenção, durante muito tempo, da imprensa estrangeira. De outra forma, ao fim de alguns meses ou anos, os *media* «que contam» esquecem-na. Quem é que hoje fala do Biafra? Depois, Angola esteve envolvida (de 1975 a cerca de 1988) na guerra fria, o que a impulsionou e manteve durante muito tempo entre as preocupações dos «países que interessam». Além de que para captar e conservar a atenção da opinião exterior é necessária uma personagem brilhante. Pouco importa que ela seja de direita ou de esquerda, politicamente coerente ou não. Esta personagem, seja um criminoso de guerra ou um nacionalista sincero, deve possuir uma aura romântica, inventada ou real.

[1] Tony Hodges, *Angola: Anatomy of an Oil State,* Bloomington (Indiana), Indiana University Press, 2004, xx-236 páginas, com diagramas.

O guerrilheiro Savimbi cumpriu este papel ao longo de meia geração. Dentro do seu género, ele foi um campeão mediático de longa duração.

A segunda razão que explica a necessidade de reeditar um livro de análises sobre Angola como este é porque ele foi redigido por um observador totalmente imerso nas realidades locais e sumamente informado, mas que escreve sem recorrer à gíria universitária. Hodges foi, inicialmente, jornalista. O seu estilo simples ajuda a digerir os quadros estatísticos. Muitos especialistas esquecem esta regra e escrevem como se todos eles fossem activistas numa ONG ou economistas da Academia de Ciências da defunta URSS.

A terceira razão para o sucesso deste livro tem a ver com o facto de, entre 1994 e 1998, Hodges, que trabalhava em Angola para agências das Nações Unidas, ter tido tempo para avaliar as responsabilidades dos políticos locais (do MPLA e da UNITA) e dos homens de negócios, mais ou menos honestos, que gravitavam à volta do petróleo, dos diamantes, do tráfico de armas e de outras actividades mais ou menos subterrâneas. Ele não tem em boa conta nenhum deles, mais é isso, precisamente, que o faz escapar às acusações de favoritismo relativamente a qualquer dos lados. Não agradando nem aos pequenos adoradores do afro-estalinismo nem, por outro lado, arvorando-se em defensor da autenticidade africana, Hodges julga sem contemplações os factos e não os discursos. E o que ele constata é que durante a guerra — antes e também depois — os angolanos — entenda-se, as elites — destruíram o seu país, delapidaram as suas riquezas, sacrificaram o seu futuro, martirizaram-se a eles próprios, tudo isto pela vã glória de mandarem ou de enriquecerem. Fixado em Luanda, Hodges teve tempo de dissecar a origem, as motivações e as acções dos seus vizinhos do bairro. Encontramos, assim, no seu livro uma autópsia que não poupa nenhum dos órgãos vitais da sociedade angolana, quer urbana, quer rural. O autor insiste, naturalmente, sobre a economia e a política e dá uma explicação convincente do encadeamento da tragédia, que não terminou com a vitória militar do governo central. Oferece-nos ainda séries estatísticas pouco conhecidas e assustadoras sobre sectores e factores cruciais da vida angolana. Em suma, uma obra que traça um quadro pessimista, mas magistral, de todos os erros e de todos os crimes cometidos depois da independência. Este livro pode, por isso, ser lido a três níveis: (1) pelo homem comum estrangeiro que queira informar-se de forma séria, sem propaganda; (2) pelo especialista, que pode usufruir de uma tese bem conduzida; (3) pelas novas gerações angolanas, que ficarão a saber que nem sempre devem imitar os mais velhos se querem entrar na história de cabeça erguida. Um livro duro, sem contemplações e indispensável.

Num registo tradicional, mas asséptico porque universitário, o estudo[2] de um politólogo nigeriano (ou de origem nigeriana) examina o papel dos Es-

[2] F. Ugboaja Ohaegbulam, *U. S. Policy in Postcolonial Africa. Four Case Studies in Conflict Resolution,* Berna, Peter Lang, 2004, XVI-280 páginas.

tados Unidos na génese e na resolução de quatro conflitos africanos (Etiópia--Somália, Sara Ocidental, Angola e Ruanda). O autor tem, pelo menos, o mérito de, para o caso do Sara Ocidental e de Angola, utilizar trabalhos nigerianos e uma boa selecção de estudos já publicados nos Estados Unidos, respectivamente. Crítico impiedoso das políticas seguidas por Washington de 1975 a 2002, classificando essas políticas como um «erro de cálculo colossal e trágico sobre todos os planos» (p. 186), revela-se um feroz crítico de Savimbi e dos seus aliados americanos. Não é citada uma única fonte portuguesa, mas isso não deve espantar-nos.

Encontramos algumas fontes portuguesas no *Historical Dictionary of Angola*[3], de W. Martin James, ao qual desejaria fazer um elogio cego, pois a necessidade de um bom dicionário da história angolana é incontestável. Mas, apesar de cego, não posso, no entanto, deixar passar sem reparo algumas entradas, como a relativa ao «Ambo Group», onde os que consultarem esta obra poderão ler, espantados, que a população ovambo representaria apenas 3% do total da população angolana, estimada em cerca de 60 000 almas, e que os portugueses teriam «interdito a presença de colonos, de missionários e de comerciantes no Sudoeste de Angola» (p. 6). Quando sabemos que o padre Esterman foi o melhor etnólogo das populações do Sudoeste angolano e que esta mesma região englobava a cidade mais «branca» de Angola (Sá da Bandeira, hoje Lubango), sem falar de Moçâmedes (hoje Namibe), parece-nos que algo vai mal neste dicionário. Da mesma forma, constatamos rapidamente que a cronologia, anterior a 1961, é indigente e frequentemente mesmo errada, que a bibliografia atribui a Guilherme Augusto de Brito Capello o texto *Aspects of Angolan History,* Lisboa, Imprensa Nacional, 1889, e a existência de estranhas inversões de termos em português (por exemplo, «troca da operação» por «operação de troca», etc.) e de outras debilidades extraordinárias. Todos estes aspectos se tornam mais compreensíveis se soubermos que o autor não é um historiador, mas um politólogo que publicou um estudo bastante importante sobre a guerra civil de Angola (1974-1990) no qual concede um espaço privilegiado às teses da UNITA. Mas para o período anterior a 1974 — isto é, para o grosso da história de Angola — trata-se de um compilador «muito verde». Em contrapartida, está mais à vontade no período em que se especializou: o da guerra civil. O autor desenvolve ainda entradas sobre a literatura, as medidas económicas, algumas personalidades religiosas, a actualidade, a diplomacia e mesmo o teatro e o jornalismo. É melhor que do nada, mas o que falta a este autor e a esta obra — aliás, tal como às edições anteriores redigidas por outros autores — é a modéstia e anos de trabalho que lhes permitiriam

[3] W. Martin James, *Historical Dictionary of Angola, New Edition* (*Historical Dictionaries of Africa,* n.º 92), Lanham (Maryland), 2004, LV-229 páginas.

preencher as lacunas dos seus conhecimentos. Cada um privilegia a sua especialidade geográfica, cronológica ou temática, mas nenhum foi capaz de construir uma obra equilibrada porque ninguém domina suficientemente todos os séculos da história angolana! Mas é preciso que se diga que isso é, actualmente, uma tarefa impossível para uma só pessoa! Ou então é necessário consagrar a este estudo dez anos de vida e 800 páginas.

Para compreender cabalmente o que acabo de dizer, olhemos para uma produção[4] universitária canadiana que se limita a um assunto restrito e, em virtude desse facto, apresenta dois estudos de ciência política que, sem serem de uma originalidade completa, fazem o ponto da situação de alguns dos problemas já colocados em evidência por Tony Hodges numa quarentena de páginas. O Canadá concede uma atenção relativamente importante a Angola em razão de uma tradição missionária antiga de mais de um século. Nesta obra, um doutorando disserta sobre «o petróleo sujo, os diamantes ensanguentados e a corrupção governamental», outra sobre as pressões e as relações internacionais que afectam Angola no período pós-Savimbi. Ambos citam, para este curto período de tempo, dezenas de fontes relevantes da literatura não publicada. Avaliamos da mesma forma o que espera os futuros historiadores de Angola.

E continuemos entre os canadianos com as memórias de um antigo embaixador que conta[5], com humor, a sua iniciação na espionagem durante a segunda guerra mundial. É quase um pedaço de antologia sobre a vida militar. Mas a razão por que o citámos prende-se com um episódio posterior ao fim da sua carreira diplomática. Em Setembro-Outubro de 1992, ele foi um dos observadores das Nações Unidas encarregados de vigiarem as eleições em Angola. Com ele, entramos na vida anedótica destas personagens medianamente importantes, vindas dos quatro cantos do mundo, num país caótico: Luanda, Lubango, Matala, Capelongo, etc. O autor insiste sobretudo nas deficiências do alojamento no mato e na «grande vida» dos funcionários da ONU. As eleições foram, segundo ele, relativamente honestas, mas inúteis, atendendo a que ninguém pretendia respeitar o resultado das urnas.

Esta excursão aos bastidores da política conduz-nos directamente à ficção e ao delírio através de dois romances americanos onde Angola surge como uma peça-chave na espionagem e na luta contra o terrorismo internacional dos EUA. No primeiro[6], um ditador fictício — todos sabem que não

---

[4] Sandra J. MacLean, H. John Harker e Timothy Shaw (orgs.), *Advancing Human Security and Development in Africa: Reflections on NEPAD,* Halifax, Centre for Foreign Policy Studies, Dalhousie University, 2002, IX-296 páginas.

[5] Peter Johnston, *Cooper's Snoopers and Other Follies. Fragments of a Life,* Victoria (British Columbia, Canadá), Trafford, 2002, 170 páginas, com fotografias a preto e branco.

[6] C. W. Borklund, *Operation Blitz,* Bloomington (Indiana), 1stBooks Library, 2002, IV-264 páginas.

existe ditadura em Angola — apropria-se de uma fragata e retém a sua tripulação em Luanda. Como dispõe de um exército forte, com várias centenas de aparelhos de combate, Washington envia uma força enorme que esmaga os angolanos e liberta os marinheiros. O autor, um antigo jornalista, parece conhecer os meandros da marinha americana e da administração em Washington. Para Angola é menos preciso, embora cite localidades como Camabatela e Saurimo. O segundo autor[7] é um segurador que prestou serviço militar na marinha dos Estados Unidos. Na sua versão, Angola pretende invadir o Zaire e é liderada por outro ditador, tão improvável quanto o do primeiro romance. O livro trata da evacuação dos civis americanos no Zaire antes do seu massacre pelos angolanos. Entre as várias peripécias narradas neste livro encontramos a história de um paquete capturado por contratorpedeiros angolanos e — ainda mais inverosímil — vagas de pára-quedistas e mesmo um navio que, sem se preocupar com os rápidos de Inga, sobe o Congo/Zaire e acosta a Kinshasa! Sem comentários. Diremos apenas que, através destas duas fabulosas óperas político-militares, podemos perceber que, apesar da distância, Angola marcou a consciência de alguma «literatura» americana. Talvez uma consequência da atenção concedida pela imprensa a Savimbi enquanto foi útil a Washington.

Num domínio muito mal conhecido dos especialistas — e *a fortiori* do público estrangeiro — devemos referir um texto que, para mim, foi uma revelação. Com Adriano Mixinge e as suas *Metáforas Angolanas*[8], o leitor ficará a saber que na Angola pós-1974 nem tudo é sangue e lágrimas. Para além de uma literatura politicamente empenhada, existe também uma produção artística moderna que, apesar de pouco estudada, parece vigorosa. O autor, que se apresenta como historiador e crítico de arte angolana (não devem existir muitos), introduz, a propósito de uma exposição que organizou em Paris, um punhado de pintores, escultores e gravadores. Algumas reproduções deste catálogo fazem-nos lamentar não termos estado atentos a esta eclosão de talentos escondidos. Escondidos? Sim, mas não tanto como certos livros angolanos totalmente desconhecidos fora do seu país pela incompetência ou pelo descuido dos seus editores locais. É preciso não esquecer.

Voltemos à violência com *Angola. La guerra olvidada*[9]. Esquecida? Talvez em Espanha, mas não certamente noutros países. Existem, pelo

---

[7] Roger H. Norris, *Never Again!,* Bloomington (Indiana), 1stBooks Library, 2002, x-201 páginas.

[8] Adriano Mixinge, *Metáforas Angolanas. Um panorama das artes plásticas (1990-2001),* Paris, Embaixada da República de Angola em França, 2001, 81 páginas, com ilustrações a cores e a preto e branco.

[9] Verónica Enriquez, *Angola. La guerra olvidada,* Madrid, Asociación para las Naciones Unidas en España, 2003, 50 páginas.

menos, 150 títulos que falam desta realidade, mas nenhum deles é citado nesta brochura de sensibilização do grande público. Esta obra veicula de perto o ponto de vista das Nações Unidas e a sua narrativa vai até à morte de Savimbi, qualificada de «assassinato» (p. 41). Certamente um lapso da autora. Este texto aborda ainda o tema das minas.

Bastante mais elaborado é o livro de um politólogo — eles proliferam nas edições de língua inglesa — americano e academicamente iconoclasta — é necessário ser original a todo o custo se se pretende fazer carreira nas universidades americanas — que sustenta que a tese wilsoniana, segundo a qual a liberalização conduz a uma paz estável e durável, não é válida e é perniciosa. Trata-se de um autor apaixonado[10] que reflecte sobre cerca de catorze ou quinze conflitos recentes (de Angola ao Ruanda, da Namíbia a Moçambique, do Kosovo a Timor Leste, etc.) e os analisa para demonstrar que a liberalização política comporta perigos graves, que é sempre insuficiente e muitas vezes mesmo contraproducente. Segundo o autor, a liberalização política favorece os antagonismos que estão na origem dos conflitos, o que vai no sentido oposto ao que o sistema das Nações Unidas, a maioria dos países ocidentais e a maior parte das ONG preconizam. O leitor avaliará por si mesmo o que o autor propõe, mas o que nos interessa nesta denúncia é o arsenal argumentativo usado para explicar o desaire «anunciado» das eleições de 1992 em Angola e minimizar o sucesso do regresso à paz de Moçambique. Esta posição, eminentemente crítica, agradará ao público que consome este tipo de livros, mas os políticos, os burocratas das Nações Unidas, os homens de negócios internacionais, terão eles tempo e vontade de conhecerem o que os levou a desviarem-se do caminho certo?

Uma portuguesa[11], num livro escrito em inglês, oferece-nos uma visão mais modesta e circunscrita da ajuda ao desenvolvimento de um país saído de um conflito, tomando como exemplo o caso de Angola. Contrariamente ao autor anterior, ela esteve no terreno, realizando entrevistas (70 personagens educadas), e propõe medidas, visto que a ajuda, tal como foi acordada, sofre, actualmente, de graves carências. A caridade não é mais do que um paliativo, todos têm plena consciência disso.

Para Moçambique sejamos eclécticos e comecemos por um livro que mereceria ser mais conhecido, uma vez que oferece — numa língua inesperada (o inglês) para um autor português que escreve as suas memórias — um perfil transversal, extraordinariamente original, da realidade do Moçam-

---

[10] Roland Paris, *At War's End: Building after Civil Conflict,* Cambridge, Cambridge University Press, 2004, XI-289 páginas.

[11] Mafalda Duarte, *Aid Policy in War-Torn Countries. Promoting Development in Conflict Situations: The Case of Angola,* Lanham (Maryland), University Press of America, 2003, VIII-77 páginas.

bique rural e burocrático dos anos 1950-1960. M. Bettencourt Dias[12] é um engenheiro de minas e, logo, geólogo que, após longos estudos no Colorado, regressa em 1951, com a mulher americana, a Moçambique. Enquanto funcionário encarregado de colaborar na elaboração de uma carta geológica do país, vai percorrer o mato moçambicano, território onde os europeus eram raros. Desta forma, num estilo agradável, este saudosista do passado revela-nos aquilo que nem os caçadores de elefantes, nem os chefes de posto (são raríssimos aqueles que publicaram qualquer coisa sobre as suas experiências), nem os missionários, nem os plantadores ou os comerciantes (pouco produtivos, editorialmente falando) abordam: a vida de um engenheiro itinerante, as suas actividades na cidade e, sobretudo, nas aldeias africanas, os seus encontros com os camponeses, os mineiros, os colonos, etc. Ele esteve na Zambézia, em Macequece, no Sul, no Alto Ligonha, em Moatize, etc., tendo mesmo descoberto um vulcão «enfeitiçado». Atravessa as suas memórias uma certa hostilidade aos políticos de Lisboa e aos funcionários de uma administração enviscada pela burocracia. A descrição da visita do presidente da República a Tete é reveladora dos rituais salazaristas nas colónias.

Muito diferente é o livro[13] de uma alemã da ex-República Democrática que tem por companheiro um desses milhares de moçambicanos que aprenderam um ofício no país do socialismo triunfante… e que lá permaneceram após a reunificação. Em Janeiro de 2000, o casal visitou a família deste imigrante e a autora, fascinada por África, conta-nos a forma calorosa como foi recebida pelos moçambicanos. Assim, desfilam diante dos nossos olhos as modestas «aventuras» turísticas e sociais do casal em Maputo, Xai-Xai, Inharime, etc. Trata-se de um discurso contra o racismo e a favor da tolerância e a integração — difícil — dos moçambicanos na Alemanha.

Totalmente invulgares são as recordações[14] de um velho antropólogo americano, actualmente o único sobrevivente de uma gigantesca expedição universitária californiana à África austral realizada há mais de cinquenta anos. O autor tinha, na altura, cerca de 30 anos e o seu diário está muito interessante para conhecer as actividades de campo de alguns cientistas. Mas a razão por que citamos esta obra prende-se com as páginas que consagra a Lourenço Marques em plena euforia turística (1948). Depois dos milhares de quilómetros no sertão africano, percorridos entre o Ovamboland e o Caprivi, a capital, licenciosa e latina, pareceu-lhe um refúgio anticalvinista.

---

[12] M. Bettencourt Dias, *An African Career,* Lincoln (Nebraska), Writers Club Press, 2001, XIII-249 páginas, com fotografias a preto e branco.

[13] Kati Seidel, *Mulandi, Heimat Mosambik,* Leipzig, Antonym, 2004, 143 páginas.

[14] Thomas J. Larson, *The Great Adventure. The University of California Southern Africa Expedition of 1947-1948,* Lincoln (Nebraska), iUniverse, Inc., 2004, XVIII-481 páginas, com fotografias a preto e branco.

Menos frívola é a crítica mordaz da sociedade colonial portuguesa de Moçambique em 1961 vista de dentro por um funcionário cabo-verdiano. O seu relato[15] põe a nu a corrupção da administração (neste caso, os funcionários aduaneiros de um porto não especificado, «comprados» por um grupo de comerciantes indianos), o racismo em relação aos cabo-verdianos, a mesquinhez das esposas dos funcionários, etc. Trata-se do inverso da paisagem turística e do lusotropicalismo. Foi deste modo que foram sendo minados todos os impérios coloniais e, frequentemente, também os outros.

Debrucemo-nos agora sobre um livro que pretendia constituir-se como uma referência e que, infelizmente, nos lembra o que dissemos para o seu homólogo angolano. O *Historical Dictionary of Mozambique*[16] está cheio de boas intenções, mas é o resultado que conta. Redigido por três africanos emigrados nos Estados Unidos, dois de origem moçambicana, todos na posse de diplomas prestigiados. Este dicionário será útil. Mas a quem? Não aos historiadores especializados, mas aos principiantes, que ignoram por completo a complexidade de uma história ainda mal conhecida. Com toda a boa vontade, será que podemos admitir que se afirme (p.12): «Peritos militares estimam que entre 1961 e 1974 cerca de 110 000 *[sic]* portugueses envolvidos na guerra colonial desapareceram, a maior parte dos quais pereceram em combate?» Este horror poderíamos multiplicá-lo por vinte ou trinta exemplos colhidos ao longo destas páginas. Mesmo onde o autor principal devia estar mais à vontade (Mário Azevedo parece conhecer bem a Zambézia), as datas e os números perdem frequentemente toda a coerência, toda a credibilidade, toda a verosimilhança, contradizendo-se mesmo de uma entrada para outra. Esta obra entristece-nos como historiador, tanto mais que o autor nos cobre de elogios (p. 221) … sem, no entanto, se dar ao trabalho de mencionar uma única vez os nossos dois volumes (René Pélissier, *Naissance du Mozambique,* Orgeval, Editions Pélissier, 1984) numa bibliografia que tem, apesar disso, 81 páginas. Bibliografia esta onde os erros de atribuição das obras entre os autores são de antologia da teratologia bibliográfica. Aí encontramos uma história do Congo português, o volume de J. J. Lopes de Lima sobre Angola, um autor espanhol que se transforma em título do seu próprio romance, «cravos» que se transformam — sem serem traduzidos — em «escravos» na passagem de uma língua para outra (p. 262), Cabo-Verde descrito em inglês e dez outras monstruosidades ca-

[15] Daniel Benoni, *Não Quero Ser Tambor,* Praia, Instituto Cabo-Verdiano do Livro e do Disco, s. d., 52 páginas.

[16] Mário Azevedo, Emmanuel Nnadozie e Tomé Mbuia João, *Historical Dictionary of Mozambique, Second Edition* (*African Historical Dictionaries,* n.º 88), Lanham (Maryland), 2003, LXVI-320 páginas.

pazes de fazerem cair o cabelo a qualquer bibliotecário inocente que tentasse constituir uma grande colecção de obras sobre Moçambique *ab initio*.

Os erros graves traem a falta de cuidado na compilação dos dados, o que não deve, no entanto, encobrir a utilidade de certas entradas. Citaremos, nomeadamente, várias entre as respeitantes à época posterior à colonização, à saúde, à literatura, à política, à Igreja católica e, curiosamente, aos bispos moçambicanos, à RENAMO, à economia, à imprensa, etc. O problema com este dicionário — como com muitos outros — é que não foi supervisionado por uma dezena de peritos. Não por *yes-men* ou por estudantes, mas por gente verdadeiramente competente! Poderíamos, referindo unicamente os de língua inglesa, citar pelo menos uma dezena, sem falarmos nos historiadores de Maputo. É verdade que custa caro consultar especialistas, mas é assim que a ciência progride. Moçambique, como Angola, merece dicionários históricos sérios, ponderados, não polémicos e, tanto quanto possível, completos. E não trabalhos onde reina a precipitação. É desta forma que se reforça uma unidade nacional ainda precária. A exigência não é um luxo, mas uma necessidade, se queremos construir o futuro sobre bases sólidas. Coisa de que a África precisa. Eis, pois, uma empresa à qual se deveriam lançar os historiadores moçambicanos.

Num domínio menos controverso, assinalamos um álbum comemorativo da actual província da Zambézia. Nesta obra, praticamente sem textos, as magníficas fotografias de Niza Paiva[17] dão um panorama optimista da terra, das gentes e da economia. Em primeiro lugar, trata-se de uma intenção louvável, sobretudo depois da guerra civil; em segundo lugar, os retornados e aqueles que conheceram Quelimane, Gurúè, Chinde, Milange, a Maganja da Costa, etc., poderão matar saudades. A título de curiosidade, vale a pena mencionar dois romances americanos de aventuras que colocam em cena, ainda que por breves instantes, Moçambique — o real ou o imaginário? *Chemical Attraction,* de Steve Curtin[18], é, no mínimo, original. Este romance dá-nos a conhecer um homem de negócios moçambicano que tenta roubar a descoberta biológica de um médico. É vagamente erótico e totalmente inverosímil. *I Had a Dream,* de Freddie Burnett[19], é mais ambicioso. Trata-se de um romance sobre um afro-americano que luta contra o racismo. Nesta obra, o autor fala-nos de um «deserto» em Moçambique! Sobre isto nada mais diremos...

Uma tese leva-nos até Moçambique, concretamente aos campos moçambicanos que o autor, Bart Pijnenburg, sociólogo holandês, conheceu entre

---

[17] Niza Paiva, *Moçambique. Volta à Zambézia,* Lagoa (Portugal), Edição Niza Paiva (autora-editora, Edifício Lagoa Jardim, lote 1, 4.º A, 8400 Lagoa), 1998(?), não paginado, com fotografias a cores.

[18] Steve Curtin, *Chemical Attraction,* s. l., 1stBooks Library, 2002, x-501 páginas.

[19] Freddie R. Burnett, *I Had a Dream,* s. l., 1stBooks Library, 2002, iv-511 páginas.

1995 e 2000. Neste trabalho, o autor examina a distância que existe entre a teoria — as sucessivas teorias — em matéria de desenvolvimento rural e a sua aplicação no terreno. Para isso, este sociólogo analisa cinco programas de desenvolvimento confrontados com as grandes ideias lançadas pelos peritos para fazerem participar as comunidades locais nos esforços instigados pelas populações urbanas e pelos peritos estrangeiros. O texto[20] — difícil de ler para um leigo — dirige-se, por isso, aos teóricos do desenvolvimento rural, aos gurus universitários que buscam a última receita milagrosa e a todos aqueles que traficam na terminologia da moda (*empowerment, community-based approaches,* etc.). Fundamentando-se na sua experiência no terreno, o autor conclui que é necessário adaptar os discursos às realidades e não o contrário. Trata-se de uma evidência tão grande que nos espantamos que seja necessário lembrá-la a pessoas tão inteligentes (?) como aquelas que foram criadoras dos programas que nos conduzem da província de Maputo à de Nampula, através de três outros projectos (Zambézia, Manica e, de novo, Zambézia).

Com *Urban Vulnerability*[21] continuamos com os sociólogos e os especialistas do desenvolvimento urbano (entenda-se, pobre e negro) na África austral, meio particularmente perigoso para os seus habitantes. Moçambique encontra-se, neste domínio, bem representado, com três estudos de caso, que dizem respeito, essencialmente, a Maputo e aos seus subúrbios. Neles são estudadas, nomeadamente, a juventude desprotegida; a segurança alimentar e a nutrição dos citadinos e dos rurais; a gestão dos resíduos em Matola. Trata-se do domínio das ONG e das entidades que elas motivam localmente. Como, no seguimento da guerra civil, as populações urbanas explodiram (cerca de 35% do total em 1998-2000), a pobreza acentuou-se ainda mais, o que torna o futuro ainda mais precário para esta população de suburbanos.

Voltemos aos historiadores que vão ao fundo das coisas com o casal Allen F. e Barbara S. Isaacman, ele professor e ela advogada. Esqueçamos alguns textos antigos desta dupla, juntos na apologia da FRELIMO (quando ele era afro-marxista), e observemos a sua última produção, absolutamente original e importante para Moçambique e os três países limítrofes (Malawi, Zâmbia e Zimbabwe) da Zambézia.

Trata-se de seguir o percurso histórico, sociológico e económico de antigos escravos [os *(a)chikunda*] dos prazos, que se tornaram caçadores, carregadores, barqueiros (canoas), soldados, negreiros por sua vez e, final-

[20] Bart Pijnenburg, *Keeping it Vague. Discourse and Practices of Participation in Rural Mozambique,* Wageningen (Países Baixos), Wageningen University, Social Sciences Group, 2004, v-238 páginas (distribuído por Bart Pijnenburg, Hoogland, bart@mensenland.nl).

[21] Christina Nomdo e Erica Coetzee (coord.), *Urban Vulnerability: Perspectives from Southern Africa,* Oxford, Oxfam Publishing (para Periperi Publications, University of Capetown), 2002, 207 páginas, com ilustrações.

mente, a partir de bases étnicas diversas, microssociedades distintas das que os seus avós tinham escolhido para se fixarem. Fundado numa impressionante investigação no terreno e nos arquivos levada a cabo em finais dos anos 60 e nos anos 70 e retomada vinte e cinco a trinta anos mais tarde, *Slavery and Beyond*[22] é um monumento da historiografia social africana. Na verdade, o assunto até pode parecer secundário a alguns — o que não é o meu caso —, considerando a fraca importância demográfica dos *(a)chikunda,* mas nenhum grupo étnico moçambicano (e nos arredores) foi estudado com tal detalhe na sua evolução histórica. Apesar disso, duas observações: este estudo não abarca os *(a)chikunda* orientais e, no entanto, a república militar da Maganja da Costa poderia fornecer-lhe extraordinários pontos de comparação; a sua bibliografia zambeziana poderia ser igualmente alargada e mesmo actualizada. Mas, contrariamente a inúmeros sociólogos e etnólogos que ignoram ou desprezam o substrato histórico, os Isaacman fizeram o inverso. Sendo historiadores, tornaram-se também sociólogos do tempo longo.

Para a Guiné-Bissau, os historiadores ficarão contentes por tomarem contacto com o primeiro estudo aprofundado de uma etnia local examinada ao longo de quinhentos anos. Na verdade, inicialmente, é visível uma certa ingenuidade do autor, ao acreditar em tudo o que escreveram os *pundits* a propósito da não participação das sociedades sem Estado no comércio de escravos em África. Trata-se de puras bizantinices académicas num domínio — os estudos sobre a escravatura e o tráfico negreiro na África ocidental — em plena expansão na América por razões fáceis de compreender num país que foi o principal beneficiário deste comércio. Mas Walter Hawthorne[23] reagiu e demonstra magistralmente que os balanta — que opuseram uma tão brava resistência aos portugueses e aos seus aliados — não foram só vítimas, mas, também eles, negreiros, a fim de se abastecerem do armamento indispensável à sua própria defesa. A economia do tráfico de escravos exigiu um reforço da população e de um produto para a alimentação desse excesso populacional (o arroz). Contrariamente aos clichés lançados por este ou aquele perito, que não vê mais além do que a ponta do seu nariz e extrapola, em seguida, para o conjunto das situações, tentando assim construir uma reputação de teórico, o comércio de escravos não conduziu sempre a uma diminuição da população em todas as sociedades que nele estiveram envolvidas. Houve, pelo contrário, algumas que beneficiaram com este comércio.

---

[22] Allen F. Isaacman e Barbara S. Isaacman, *Slavery and Beyond. The Making of Men and Chikunda Ethnic Identities in the Unstable World of South-Central Africa, 1750-1920,* Portsmouth (New Hampshire), Heinemann, 2004, XII-371 páginas, com fotografias a preto e branco.

[23] Walter Hawthorne, *Planting Rice and Harvesting Slaves. Transformations along the Guinea-Bissau Coast, 1400-1900,* Portsmouth (New Hampshire), Heinemann, 2003, XVI-259 páginas, com fotografias a preto e branco.

Os balantas — alguns — estiveram entre elas! Com um impressionante conhecimento das fontes portuguesas, escoradas por entrevistas no terreno, o autor, que conhece não apenas o português, mas igualmente o crioulo e a língua dos balantas, elabora um trabalho universitário de alta qualidade. O que mais nos agrada nesta obra é, sem dúvida, a ausência de leituras maniqueístas e masoquistas comuns em certos meios ocidentais ligados a países que estiveram mergulhados neste comércio. A bibliografia é abundante, mesmo excessivamente generosa, uma vez que me atribui um livro escrito pelo meu homónimo (Paul Pélissier), que eu teria sido incapaz de produzir. Só emprestamos aos ricos?

Tomada em grandes quantidades, a bibliografia internacional torna-se uma actividade extenuante para qualquer crítico. A vaga de novas publicações, a repetição enfadonha dos temas estudados de um autor para outro, a mediocridade ou a aridez de alguns livros, a parcialidade de muitos propagandistas, enfim, uma série de factores negativos corrói a paciência do crítico e mesmo a «segurança» da sua avaliação. O crítico aspira a um momento de tréguas e mesmo de graça. Encontrámo-lo, sucessivamente, em dois magníficos exemplares que dizem respeito a um país que faz tudo para escapar à actualidade e aos projectores dos *media*. Da porta fechada da Guiné Equatorial (ex-espanhola) surgiram, em 2004, dois títulos como já não víamos há dez anos: dois diamantes que brilham na noite escura que oprime este país desde sempre (ou quase sempre).

O primeiro é um trabalho de um amador, mas um amador que, sendo engenheiro de minas — e não professor de História —, aplica ao seu objecto a minúcia de um mineralogista, sem se preocupar com as modas ou as querelas que dividem os historiadores. O autor não pretendeu sê-lo, mas, de facto, acabou por se tornar o autor que mais aprofundou um período da história deste infeliz país. História essa curta, não crucial, mas praticamente ignorada antes deste trabalho. Jesús Ramírez Copeiro del Villar[24] teria dado um excelente polícia ou, pelo menos, um juiz de instrução com paciência para conduzir um inquérito tal como ele deve ser conduzido. Talvez mesmo agente dos serviços de contra-espionagem fosse a qualificação mais adaptada às suas capacidades. Mas onde é que queremos chegar com esta «conversa»? Aqui: o autor, à força de tanto esquadrinhar as memórias dos sobreviventes e de pesquisar nos arquivos espanhóis e britânicos, é capaz de, partindo de um acontecimento trivial e secundário da tragédia mundial que foi a segunda guerra mundial (em 14 de Janeiro de 1942, um comando

[24] Jesús Ramírez Copeiro del Villar, *Objetivo África. Crónica de la Guinea Española en la II Guerra Mundial,* Huelva (edição de autor, apartado postal n.º 4, 21 600 Valverde del Camino, Huelva), 2004, 382 páginas, com fotografias a preto e branco.

britânico apoderou-se de três navios comerciais — um italiano de grande tonelagem e dois pequenos cargueiros alemães — refugiados no porto neutro de Santa Isabel de Fernando Pó), esboçar um panorama sem par da sociedade colonial da ilha. Não podemos pormenorizar aqui tudo o que este investigador diabólico nos revela em primeira mão. Basta dizer que a *Operación Postmaster* propriamente dita só começa na p. 313 (em 370). Antes disso, o autor teve todo o espaço necessário para nos descrever: (1) a origem dos fazendeiros alemães e as suas actividades de espionagem na Guiné espanhola; (2) a vida social dos brancos e dos pretos da colónia no início do franquismo; (3) o dispositivo militar e naval; (4) as actividades britânicas e italianas neste território; (5) a guerra civil franco-francesa no Gabão; (6) a propaganda dos inimigos num país neutro; (7) os actos de pirataria no golfo da Guiné, etc. Tudo isto num formato de 21cm × 30 cm, com mais de uma centena de fotografias inéditas, um milhar de notas, num luxo de precisão inolvidável!

É espantoso para o especialista e admirável para o leitor comum que lê este texto sem se aborrecer. Trata-se de uma obra inigualada em toda a literatura histórica consagrada à colonização espanhola em África. Na verdade, sem esconder deliberadamente os aspectos negativos e mesmo abertamente racistas dessa colonização, o autor deixou-se amolecer pelas recordações cor-de-rosa de velhas personagens e pela nostalgia dos antigos colonos espanhóis e alemães. Para estes foi o início do período dourado, que durou de 1950 a 1964. Se o autor tivesse lido os nossos trabalhos (*Etudes hispano-guinéennes* e *Don Quichotte en Afrique,* Orgeval, Éditions Pélissier, 1969 e 1992, respectivamente), teria tido uma visão menos doce de um país que na altura da publicação parece conhecer apenas em segunda mão. Por isso, o autor mantém todas as suas ilusões, como eu as tinha nos anos 50--60. De assinalar igualmente que um romance «histórico» ter-lhe-ia podido dar uma outra versão, «camaronesa», mas divertida, da que serviu de pretexto para este livro. Mas tentem encontrar a obra de Christian Laigret, *Leclerc, briseur de fers (Le coup de Fernando Po),* Paris, Les Éditions Francex, 1964, numa biblioteca espanhola, ou mesmo britânica! Não vamos dissertar, uma vez mais, sobre o chauvinismo das bibliotecas quando se trata de documentação estrangeira sobre a colonização do país onde elas estão implantadas. Penso que, apesar destas pequenas reservas, *Objetivo África* é um trabalho que teria merecido facilmente um doutoramento em história «africana», uma vez que a história «colonial» deixou de ser «politicamente» correcta.

Fomos ainda surpreendidos por outro espanhol, não tanto na sua qualidade de historiador, mas na de viajante «filosófico». Filosófico no sentido do século XVIII, quando havia tempo para observar não apenas as praias e os coqueiros, mas também os homens e as suas qualidades. Por azar, viajar na

Guiné Equatorial em 2002, quando se é curioso e advogado internacional e quando se acompanha o seu velho pai — antigo médico colonial no Rio Muni precisamente até 1969, data em que se extinguiu o domínio colonial espanhol sob o equador —, não permite encontrar muitas qualidades nos homens. É precisamente o contrário que sobressai da leitura de *Los olvidados*[25]. Este livro constitui uma peregrinação angustiada por entre ruínas. Não as de Herculanum ou de Petra, mas as ruínas de uma colonização ibérica recente que, não tendo preparado elites capazes e honestas nem deixado boas recordações entre os «selvagens» de Rio Muni, foi obrigada a ceder o lugar a um ditador louco, de um racismo desmesurado e tão virulento como o dos antigos colonos. Perigoso para a própria família, foi executado pelos seus sobrinhos em 1979, os quais adoptaram os mesmos métodos de governo do tio, agora «modernizados», adoçados e «enriquecidos». Assim, a ditadura familiar de um clã de Fangs (Pamúes em espanhol) de Rio Muni reina sobre o país desde 1969, e o nosso autor, que, educado em Espanha, não pode partilhar nenhuma das recordações do pai, segue-o para descobrir uma África de fantasia que não existe senão no estado de saudades entre os exilados brancos e negros em Espanha e alguns africanos que permaneceram no território.

A imensa maioria dos seus leitores desconhece e nunca conhecerá Evinayong, pois obter um visto de turismo para este encantador país é um exercício reservado aos masoquistas. Não sendo empregado das companhias petrolíferas nem cooperante, o espanhol médio tem muito menos hipóteses de obter um visto deste tipo do que um francês e *a fortiori* um americano. Fechado aos estrangeiros curiosos sob Franco, este país é devastado pela suspeição, herança do colonizador. Porquê? Soto-Trillo não teve de procurar muito: uma corrupção, um nepotismo, uma miséria atroz, tanto mais insuportável quanto aqueles que estão no poder e os seus soldados e polícias fazem como se fossem capazes de gerir um país que o ouro negro e a madeira tornaram rico, mesmo riquíssimo. O único problema é que o dinheiro se evapora, pois está reservado a um único clã e aos que, não fazendo parte dele, fazem de conta que o aprovam. Trata-se de sobreviver quando não se pode «comprar» um visto para a Terra Prometida: esta velha Espanha, generosa e cheia de remorsos, embora menos do que relativamente ao outro órfão (o Sara) da sua descolonização falhada.

Por que é que consideramos este livro importante? Em primeiro lugar, porque se trata de um relato de viagem bem escrito, uma grande reportagem, para mais num vasto cemitério: sem medicamentos, com hospitais devastados, sem médicos (salvo ociosos e cubanos), onde proliferam os feiticeiros, a degradação cultural, económica e social, a antropofagia ritual, os funcionários fantasmas, os diplomatas que nada querem ver, os missionários

[25] Eduardo Soto-Trillo, *Los olvidados. Revelaciones de un viaje a la dramática realidad de Guinea Ecuatorial,* Tres Cantos (Madrid), Foca, 2004, 263 páginas.

sobrecarregados pela imensidão das necessidades, os americanos, que também eles, não se interessam face às suas estatísticas truncadas, os franceses arrogantes, que suplantam a cooperação espanhola sem bússola, os madeireiros malaios que massacram a natureza e, por todo o lado, vítimas assustadas, corrompidos, zombis. Mas, se o autor refere correctamente certos detalhes históricos sobre o início da ditadura de 1969, a sua importância real não é esta. O importante é que esta obra releva-nos, através deste jornal de viagem «sentimental», como um paternalismo musculado engendrou uma ou duas gerações de irresponsáveis, manipulados por émulos de Richelieu, prosseguindo uma guerra ridícula contra os herdeiros cansados de Filipe IV. Tudo isto sob o olhar trocista dos texanos que, segundo o que diz o autor, «roubam o petróleo». Nos inícios da década de 1960, a Guiné era qualificada — abusiva e euforicamente — como a Suíça da África central. Actualmente, com as conspirações e tentativas de golpes de Estado, transformou-se numa espécie de Zaire de Mobutu, em menor escala, da hispanidade. Mas sem guerra civil, pois os potenciais líderes refugiaram-se em casa da sua madrasta odiada e bem-amada. E qual é o papel de Soto-Trillo neste livro? É como se se tratasse de Buñuel a esforçar-se por filmar *Em busca do tempo perdido* no cenário do *Planeta dos Macacos* a partir de uma adaptação dos irmãos Marx. Será o seu livro goyesco ou simiesco? Chamemos-lhe antes «filosófico», meus amigos.

De qualquer forma, ele agrada certamente a Max Liniger-Goumaz[26], que publicou o 13.º volume de uma bibliografia da Guiné Equatorial que teve início em 1974. Graças a ele, referenciamos 43 203 entradas. Mas serão todas elas relativas à «sua» Guiné? Os três «romances» (42 914-42 916) ou falsos relatos de viagem (publicados em 1928) desse fabulador que foi o romeno Tican Rumano, parece-nos, deviam ser expurgados desta bibliografia. Quem tem razão? Será que do alto do seu profundo conhecimento algum especialista poderá esclarecer-nos?

Da selva do Rio Muni saltemos directamente para o Sara Ocidental, ex-espanhol, actualmente marroquino, com três novos títulos. Uma recolha sobre a administração local[27] contém uma comunicação de uma geógrafa suíça, presidente de um comité de apoio à Frente Polisário. Assim, o seu estudo explica como é que a Frente Polisário administra os territórios e as populações fora do muro marroquino que divide o país em dois, nomeadamente as populações dos campos de refugiados na Argélia. Felicitamo-la por não ter escondido as violações dos direitos do homem cometidas pelo partido que, depois da trégua de 1991, teve de relaxar os constrangimentos. Mas a economia de mercado fez a sua aparição nos acampamentos, a disciplina ressente-

---

[26] Max Liniger-Goumaz, *Guinea Ecuatorial. Bibliografía General,* vol. XIII, *Referencias 37001-43203,* Genebra, Les Editions du Temps, 2004, 384 páginas.

[27] Max Barlow e Doris Wastl-Walter (coords.), *New Challenges in Local and Regional Administration,* Aldershot, Ashgate, 2004, XIII-178 páginas.

-se disso, aparecem os *gangs* de jovens. A democratização da vida política e a emancipação social afirmam-se enquanto esperam pelo referendo, adiado ano após ano, por Marrocos. Trata-se de um trabalho muito interessante.

Com *El Sàhara Occidental*, de Tomàs Callau[28], os catalães mantêm o interesse pela causa dos sarianos em Espanha. Olhando para as oito páginas de bibliografia citada, quase toda publicada em Espanha e em grande parte recente, podemos dizer que continua a existir um público atento a este assunto. O autor é um professor e um militante. De forma clássica, analisa a história do país, seguida da evolução da luta da Polisário, colocando a tónica sobre as posições dos diferentes países implicados. O autor insiste na falta de legitimidade da ONU sobre os planos de paz de Baker e fornece documentos. Este é também um trabalho de sensibilização.

Totalmente diferente é a biografia[29] de Michel Vieuchange e o comentário da sua obra-prima, *Smara,* jornal da sua viagem (1930) no deserto ocidental, na época ainda não ocupado pelos espanhóis. A morte de Vieuchange no seu regresso desta zona, então independente, suscitou uma certa emoção nos meios literários franceses. Falou-se de Rimbaud. O livro actual é uma peregrinação pela vida e pela família do herói. É estimável e está bem escrito, mas isso não nos ocuparia aqui se o autor, Antoine de Meaux, não tivesse tido a boa ideia de visitar, ele mesmo, Smara em Setembro de 2001 (pp. 208--224). O mito transformou-se numa cidade marroquina banal, embora os sarianos continuem a habitá-la e aí militar. Não é exacto dizer-se (p. 15) que «nenhum europeu aí tinha chegado» antes de 1930, uma vez que o coronel Mouret e tropas francesas aí chegaram em 1913. Nenhum livro espanhol na bibliografia! Quanto à nossa descrição de Smara sob a ocupação espanhola em 1967 (cf. René Pélissier, *Don Quichotte en Afrique,* Orgeval, Editions Pélissier, 1992), o autor parece desconhecê-la. Faziam 45ºC à sombra, e não existiam muitas sombras em Smara, apenas fantasmas de místicos e de legionários. Este texto apolítico é bem-vindo após as vagas de propaganda publicada depois de 1970, ou mesmo antes.

De propaganda sobre Timor Leste tanto se acumulou depois de 1974--1975 que tive de comprar um móvel maior para arrumar os livros que têm este país como objecto. *East Timor: Testimony*[30] é um conjunto de oito ensaios sobre Timor da autoria de incondicionais desta causa, alguns dos quais com cerca de meia dúzia de textos sobre o tema. Mas não é isto que é relevante nesta obra, mas sim as sumptuosas fotografias de Elaine Brière, uma activista da causa timorense no Canadá desde que visitou Timor em Abril

[28] Tomàs Callau, *El Sahàra Occidental, Història i actualitat d'un poble,* Barcelona, Llibres de l'Index, 2004, 268 páginas, com fotografias a preto e branco.

[29] Antoine de Meaux, *L'ultime désert. Vie et mort de Michel Vieuchange,* Paris, Editions Phébus, 2004, 262 páginas.

[30] Elaine Brière, *East Timor: Testimony,* Toronto, Between the Lines, 2004, VIII-118 páginas, com fotografias a preto e branco.

de 1974. Esta mulher teve um talento especial para captar as imagens do sofrimento (2000) desta população. Além disso, o leitor poderá ficar a conhecer como é que ela e a sua associação trabalharam no sentido de fazerem sair os seus conterrâneos — parece que poucos — do estado de ignorância e desinteresse em que se encontravam relativamente à sua causa de eleição.

Dos confins orientais do império regressamos à Torre de Belém com *Uma História de Regressos*[31], de Margarida Calafate Ribeiro. Trata-se de um estudo essencialmente literário dos conceitos de «identidade», «imagem» e «império» no imaginário político e literário português; de «nostalgia pelo império» na literatura durante o Estado Novo; de «continuidade, ruptura e transformação da ideia de império nas narrativas portuguesas da guerra colonial». Um vasto programa tratado segundo as regras aplicadas pelos professores de literatura. Que mais pode dizer um pobre historiador que prefere a recta para ir de uma ponta à outra deste novelo de questões tão complexas? Resta-me a lucidez suficiente para referir que a bibliografia sobre a guerra colonial contém algumas raridades inexistentes nas livrarias portuguesas, o que prova que a autora fez um trabalho cuidadoso e aprofundado.

Finalmente, *The Last Empire*[32] apresenta-se como sendo «o primeiro livro a abordar de forma multidisciplinar quer as causas, quer as consequências da descolonização portuguesa». Talvez haja algum exagero nesta frase, mas há coisas interessantes a respigar nesta recolha de comunicações de um desses inumeráveis colóquios (2000) realizados a propósito de Portugal e das suas antigas colónias. Estamos a entrar na era industrial neste domínio e a sua multiplicação mantém a economia dos transportes aéreos no mundo. Dos nove intervenientes, não citaremos nenhum para não melindrarmos nenhum dos outros. Diremos apenas que este livro fala — entre outras coisas — da influência das colónias sobre a revolução de 1974 e, inversamente, do lugar de Macau, de Timor e da Índia portuguesa na descolonização. Também aí encontrámos um texto cáustico sobre Portugal e a CPLP, bem como um documento antigo (de Março de 1974) sobre o futuro do império. Documento premonitório, uma vez que quando foi elaborado se estava a algumas semanas do 25 de Abril de 1974. Tudo isto é útil e sério, sendo talvez o mais original um estudo — muito breve, na minha opinião — sobre a emigração africana em Portugal.

O que nos dá uma boa desculpa para pararmos por aqui. As caravelas regressaram ao porto e nós ao fim desta crónica.

Redigido em Outubro de 2004.

Tradução de Carla Araújo

---

[31] Margarida Calafate Ribeiro, *Uma História de Regressos. Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo,* Porto, Edições Afrontamento, 2004, 464 páginas.

[32] Stewart Lloyd-Jones e António Costa Pinto (coords.), *The Last Empire. Thirty Years of Portuguese Decolonization,* Bristol, Intellect, 2003, IX-156 páginas.